

CONFLITOS ENTRE CAPITAL E TRABALHO: Anotações acêrca de uma agitação no sudoeste inglês em 1738.

“Amealhamos tesouros, ganhamos enormes riquezas
À força de despojar e oprimir pobres homens”
 (“As delícias do fabricante de tecidos de lã”,
canção inglesa dos fins do século XVII).

“... existem formas de pensamento que não podem
ser compreendidas devidamente enquanto permane-
cerem obscuras suas origens sociais”.

(Karl Mannheim, *Ideologia y Utopia*, México,
FCE, 1941. pg. 2).

— I —

A Revolução Industrial na Inglaterra é o ponto de partida mais eficaz para a compreensão da História Contemporânea. Essa afirmação se torna tanto mais verdadeira quando verificamos que foi na Inglaterra, no século XVIII, que algumas determinações mais características do modo de produção capitalista adquiriram sua expressão pela primeira vez, e onde, com o correr do tempo, essas determinações viriam a se acentuar pela atuação cada vez mais vigorosa dos fatores que motivaram aquêlê surto revolucionário da industrialização.

Os autores que melhor já trataram êsse tema dominante localizaram entre 1760 e 1780 o início do boom industrial.

Quer-nos parecer, entretanto, que nas tensões sociais ocorridas no período que antecede o advento da grande indústria e do maquinismo na Inglaterra estão contidos elementos para discussão de algumas questões significativas. Dentre tais questões figuram aquelas relativas a mecanismos de tomada de **consciência** pelos grupos que participam das tensões indicadas, especialmente aquêles que procuram explicar o sentido dessas tensões.

O momento que vivem tem por característica básica a articulação dos principais elementos constitutivos do modo de produção que iria marcar a história contemporânea: é nos ho-

rizontes desse momento que se pode entender as soluções dadas às tensões esboçadas ou realizadas.

Essas tensões deixaram suas marcas através do tempo em forma de canções, panfletos, ensaios ou, mais violentamente, através de quebras de instrumentos de produção, de retiradas em massa de alguns grupos artesanais para montanhas próximas (algumas com sabor bíblico, inclusive), de rebeliões declaradas.

Na verdade, essas manifestações já contêm elementos para se discutir, de maneira muito ponderável, o modo de produção capitalista em processo de caracterização. Há elementos que permitem surpreender e articular em vários níveis de realidade, os fatores que interagem nesses momentos em que o capitalismo industrial está se afirmando, bem como elementos que permitem pensar mais claramente as resistências e alguns tipos de consciência geradas no processo.

Estas anotações constituem o resultado de um primeiro contato com a problemática ligada ao processo de acumulação de capitais, bem como às suas implicações, no Sudoeste da Inglaterra em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII.

Um dos pontos de referência mais vivos do processo, nessa área, foi o tumulto de Sarum, em 1738, que desempenhará nestas notas o papel de indicador máximo de conflitos entre capital e trabalho.

De fato, no mês de dezembro de 1738 houve uma agitação em Wiltshire (1), onde os bens de alguns fabricantes de tecidos de lã (**Clothiers**) foram destruídos por artesãos. A agitação acabou sendo sufocada e três pessoas foram executadas em **Sarum**: um tecelão (**Weaver**), um branqueador (**Sheerman**) e um pedreiro (**Bricklayer**).

Tentou-se, na época, procurar as causas dessa agitação contra os fabricantes de lã do Wiltshire. Um número considerável de panfletos veio à luz, sugerindo interpretações as mais diversas (2). Há dois desses panfletos (3), **An Essay on Riots, etc.**, e **Remarks on the Essay on the Weavers Riot, etc.**, ambos de 1739, que dão alguns limites das possibilidades de compreensão dos contemporâneos engajados no processo, como se vai verificar. Esses documentos constituem via eficaz de penetra-

(1). — Condado a Sudoeste da Inglaterra, entre o Canal de Bristol e o Canal da Mancha.

(2). — John Smith, *Chronicon rusticum comerciale: or Memoir of Wool*, II (1747), pg. 301-305, in "English Historical Documents", London, Eyre and Spottiswoode, vol. X (1714-1783), 1957, pg. 489.

(3). — "English Historical Documents", vol. X, pgs. 489 a 491.

ção no sentido das relações de produção e das posições dos principais grupos sociais envolvidos nessas relações.

É intenção, nestas anotações, deixar pontos para que se possa refletir sobre algumas determinações gerais do modo de produção, numa fase em que a atividade industrial começava a impor seus poderosos princípios ordenadores sobre o corpo social.

*

— II —

Se dissemos de início que a agitação de 1738 constituiu um ponto crítico na história das tensões do Sudoeste inglês, é porque houve anteriormente manifestações ou indícios de conflitos. Na verdade, a consideração de alguns eventos anteriores torna muito mais fácil a apreensão do **sentido** do processo em que a agitação se deu.

Nessa área da lã, especialmente nos condados de **Wilts, Somerset, e Gloucester**, onde há adensamento demográfico dos mais acentuados que se pode observar na ilha para o período (4), é que se pode encontrar operando **merchant-manufacturers** dispersos. Dispersos, se comparados, por exemplo, aos pequenos produtores independentes do condado de **York**, que representam ao mesmo tempo capital e trabalho (5).

São exatamente êsses **merchant-manufacturers** os agentes mais dinâmicos das transformações nas relações de produção dessa área. nos fins do século XVII e na primeira parte do século XVIII. Estão, geralmente, na crista dos acontecimentos locais, participando com grau avançado de consciência e articulando os elementos no sentido dos seus interesses. Nessas articulações, há resistências que se manifestam no setor mais sensível: o da mão-de-obra, isto é, o setor que se proletariza de maneira irrevogável, mas que também possui, sempre limitada pela sua posição relativa na sociedade, consciência do processo de que participa.

É claro que as posições diversas dos elementos envolvidos nessas relações propiciam experiências diversas e portanto “visões do mundo” profundamente diferenciadas. No Sudoeste inglês talvez não seja meramente episódica a ocorrência de uma canção popular, **As Delícias do Fabricante de Tecidos de Lã**

(4). — Paul Mantoux. *La Révolution Industrielle au XVIIIe. siècle*, Paris, Génin, 1959, pgs. 32-33 e gráficos sobre repartição de população às pgs. 364 e 365.

(5). — Paul Mantoux, *op. cit.*, pg. 40.

(6), onde tóda uma visão do processo produtivo e das relações entre os grupos diversos é colocada nos lábios dos empresários. Visão hierárquica, gerada nos meios artesanais, fruto de reuniões em tavernas, as quais mais de um historiador já indicou como os berços do Trade-unionismo. Essa canção se constitui numa boa medida dos “estados mentais” desses grupos que estão se proletarizando.

Paul Mantoux situa a composição por volta do reinado de Guilherme de Orange (7), e transcreve suas principais passagens na primeira parte de seu trabalho clássico sôbre a Revolução Industrial. Não estamos mais então, frente a tomadas de posição de grupos que ocupam posições diretivas na ordem social, e que têm suas experiências explicitadas e sistematizadas por um Thomas Mun, por exemplo (8). Estamos, isso sim, diante de uma “análise” da realidade econômico-social elaborada por grupos que não ocupam posições de mando, “gentes que vivem dos ofícios”, no dizer de Mun, mas que estão aptas a construir uma explicação do processo a partir da visão daquêles que ocupam tais posições. Tomam consciência do processo através dos conflitos e de sua posição mesma nesses conflitos, que vai se tornando desfavorecida: não importa que a “análise” possível seja formalmente uma canção. Até pelo contrário, é exatamente **fora** da documentação oficial que se pode captar as manifestações mais espontâneas, menos comprometidas com a ordem estabelecida.

E’ importante observar que, através das informações fornecidas na Canção, já se pode perceber uma série de antagonismos. De resto, acentuar-se-ão até 1738. Mas os germes da agitação social mencionada podem ser colhidos no texto da canção.

(6). — *The Clothier's Delight*. Paul Mantoux extraiu o texto, reproduzido quase totalmente no seu trabalho, de J. Burnley, *Wool and Woolcombing*, pgs. 160-161. O título completo da canção é mais expressivo: “As Delícias do Fabricante de Tecidos de Lã ou a Alegria do Rico e a Tristeza do Pobre, onde é descrita a malícia com a qual um grande número de fabricantes de tecidos de lã, na Inglaterra, abaixa os salários de seus operários”. Ver pg 57 e seguintes op. cit...

(7). — *Op. cit.*, pg. 57.

(8). — Thomas Mun, *La riqueza de Inglaterra por el Comercio Exterior*, trad. esp., México, Fondo de Cultura Económica, 1954. Veja-se especialmente as passagens onde as relações dos elementos empresariais com trabalhadores são explicitadas... e posto que a gente que vive dos ofícios é muito mais numerosa daquêla que é dona dos frutos, devemos o mais cuidadosamente possível sustentar êsses esforços da multidão...” (pg. 67). Importante notar que o escrito é, ao que tudo indica, de 1629 (segundo E. A. J. Johnson). Pierre Vilar, em excelentes análises recentemente publicadas, indica o ano de 1620 para a redação do trabalho de Mun. (*Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964, pg. 27, nota 12).

Na base desses conflitos, estímulos crescentes são dados pelo fator **mercado**. Seus agentes, **merchant-manufacturers**, mais mercadores que manufatureiros, têm um pé na atividade produtiva e outro na atividade comercial. Não há officio

“que alimente um homem mais fartamente que o nosso”, diz a Canção (9). Sua posição não corre riscos,

“enquanto o penteador de lã souber manejar seu pente, e enquanto o tecelão fizer andar seu trabalho” (10).

E é nessa posição de intermediários que acumulam

“grandes riquezas à força de despojar e oprimir pobres homens” (11):

de um lado **contratam trabalho** nos setôres artesanais, de outro **vendem as mercadorias**, na qual a força de trabalho dessas categorias foi incorporada. Afinal, têm consciência

“que é graças ao seu trabalho que enchemos nossa bolsa” (12).

O fator **mercado** pode ser pensado como o principal propulsor do nosso esquema explicativo. Não é por acaso que surgem referências muito carregadas a “mercado”, “Comércio”, “ultramar” etc., nos documentos apontados. Por outro lado, quando se pensa que não há simultaneidade entre venda e força de trabalho e sua utilização, de uma parte, e utilização e pagamento, de outra, entende-se porque é importante

“fazer crer que o comércio não vai bem” (13)

aos artesãos. Como êsses assalariados não têm, pela sua posição, a possibilidade de controlar a etapa da comercialização,

“se os negócios melhorarem, não se aperceberão jamais” (14).

Aos poucos seus salários vão sendo aviltados. Por exemplo, são aviltados quando o dono da produção encontra

“defeitos, haja ou não” (15).

Ou, como foi visto, quando faz-se

(9). — *The Clothier's Delight*, in Paul Mantoux, op. cit., pg. 57.

(10). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(11). — *Idem*, *ibidem*.

(12). — *Idem*, *ibidem*.

(13). — *Idem*, *ibidem*.

(14). — *Idem*, *ibidem*.

(15). — *Idem*, *ibidem*.

“crer a êsses trabalhadores que o comércio não vai bem” (16),

que as mercadorias de lã nas quais êles incorporaram sua fôrça de trabalho

“não vai mais ao ultramar” (17).

Como é do produto da venda que sai o salário dêsses trabalhadores e como é o mercador que controla o trabalho e a venda, já se percebe que o empresário assume posição de grande poder nesse sistema de relações: em caso de **resistência** por parte dos artesão às reduções salariais,

“nós lhe daremos a escolha entre isso e a ausência de trabalho ...”, “ficarão tão tristes, mas que nos importa? ...” (18).

Rigorosamente analisando, o artesão **adianta** sua fôrça de trabalho quando a incorpora no produto manufaturado da lã **ainda não vendido** (19).

É quando o mercador-manufatureiro volta do mercado que o artesão recebe seu salário. Porisso, é que

“quando partimos para o mercado, nossos operários se regozijam; mas quando voltamos, aparentamos um ar triste” (20).

Por aí pode-se perceber a situação dêsses trabalhadores, num momento em que estão vinculados a um empresário não-“puro”, o qual, por sua vez, está na dependência de um mercado não-integrado.

Interessaria observar que há outros mecanismos pelos quais se dá acumulação de capitais nas mãos dêsses empresários. Há o exemplo do consumo nas tavernas: os artesãos gastam parte dos seus salários nesses estabelecimentos. Apenas que,

“se são clientes habituais de uma taverna, temos o cuidado de nos entender com a taverneira: Contamos em conjunto e reclamamos nossa parte — dois pence por shilling ...” (21).

(16). — *Idem, ibidem.*

(17). — *Idem, ibidem.*

(18). — *Idem, ibidem.*

(19). — Karl Marx: *Le Capital*, Ed. Sociales, Livro I, cap. VI, pgs. 177-178. “Le travailleur fait donc partout au capitaliste l'avance de la valeur usuelle de sa force; il la laisse consommer par l'acheteur avant d'en obtenir le prix; en un mot, il lui fait partout crédit. Et ce que prouve que ce crédit n'est pas une vaine chimère, ce n'est point seulement la perte du salaire quand le capitaliste fait banqueroute ...”.

(20). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(21). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 59

Não é necessário lembrar que por trás dessa parcela do salário reavida há a própria força do trabalho anteriormente dispendida por êsses artesãos que têm cada dia menos

“a escolha entre isso e a ausência de trabalho” (22).

Na canção, finalmente, é indicado o processo de **aquisição ou arrendamento de terras** por parte dêsses empresários (23):

“É assim que adquirimos nosso dinheiro e nossas terras,
Graças a homens pobres que trabalham dia e noite” (24).

Em última análise, êste é um bom indicador das implicações da acumulação: há a perda, pela transferência, da propriedade dos pequenos donos para a burguesia em ascensão e a pauperização conseqüente dos primeiros (25). Êstes elementos, não é preciso dizer, vão engrossar os contingentes de mão-de-obra que terão cada vez menos condições para discutir salário. Ou se se quiser, e novamente,

“a escolha entre isso e a ausência de trabalho” (26).

E o processo não era em si uma novidade. É o caso de se examinar, por exemplo, os motivos da pequena nobreza rural nas tentativas de limitação de compras de terras por parte dêsses manufatureiros, comportamento que se pode verificar pela legislação Tudor (27). Legislação que se tornou impotente face ao processo de acumulação. Em conjunto, êsse comportamento dá uma medida das resistências à ação dêsses empresá-

(22). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(23). — Deve-se lembrar que a aquisição de terras acompanhou a posição social, valorizada por êsses grupos que precisam deixar claro que “graças ao nosso comércio somos considerados cavaleiros” (Canção, 1.º parágrafo). Há reações da pequena nobreza nessas áreas, por começar a perder propriedades em benefício dêsses novos homens. Aquêles perdem propriedades e poder; êstes “adquirem terras” e procuram ser “considerados cavaleiros ...”.

(24). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 59.

(25). — Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, R. J., Zahar, 1965 pg. 229.

(26). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(27). — Dobb, embora não diretamente no ângulo dos trabalhadores que estão se proletarizando, que é o ângulo da Canção, indica um movimento paralelo de importância, mostrando como “na parte final do século XVI surge uma peça legislativa curiosa, eloqüente quanto à medida na qual a transferência de propriedade fundiária se efetudara durante aquêlê século e da ansiedade entre a pequena nobreza a respeito da comoção social que isso iria causar. Arreçando-se da compra de muitas terras na época por parte dos fabricantes de roupa do West Country, a pequena nobreza rural dêsses distritos conseguiu a inserção de uma cláusula numa Lei de 1576, destinada a limitar as futuras compras de terras por aquêles em Wiltshire, Somerset e Gloucestershire, à superfície de 20 acres. Há poucas indicações de que qualquer tentativa mais séria fôsse feita para fazer valer essa cláusula, que certamente pouco serviu para deter aquela onda”, (op. cit., pgs. 230 e 231).

rios, resistências que não vinham apenas dos setores assalariados, como se vê.

Não é demais ressaltar que, se há consciência por parte de elementos das camadas burguesas, como é o caso de **Mun**, o mesmo ocorre com alguns setores das categorias artesanais. A consciência do jôgo total em que estão envolvidos êsses trabalhadores é dada especialmente pela preciosa indicação: o produto de lã por êles trabalhada vai ao **ultramar** (28).

Isso quanto ao que lhes é externo, distante; próxima, concreta, a dependência dos salários lhes propicia uma consciência mais clara dos “meios engenhosos” (29) pelos quais se aumentam as fortunas. Aumento que não pode prescindir do penteador de lã, do tecelão, do fiandeiro e da fiandeira, que

“devem pagar caro os salários que ganham” (30), e que porisso “se extenuam por salário ínfimo” (31).

Nessas articulações de fatores, das quais o mercador-manufatureiro é o agente, as resistências se fazem sentir nos setores assalariados. Se é dêsses assalariados que vêm as reações, se é

“graças ao seu trabalho que enchemos nossa bolsa”.

também é dêles que se precisa

“suportar mais de uma maldição ...” (32).

Não apenas essas “maldições” devem ser tomadas como manifestações de resistência. Mais do que elas, a **ocorrência mesma da canção** é demonstração a mais palpável de que há conflitos entre Capital e Trabalho, que há resistências dos setores assalariados ao processo de concentração de riqueza em mãos menos numerosas. Concentração que Mun, da alta burguesia, já havia teorizado na primeira metade do século XVII.

Pela canção, já é clara a infiltração de capitais comerciais, graças a seus agentes, nos setores artesanais. Face ao vigor da articulação dêsses fatores, a autoridade das corporações de ofícios vai se estiolando. O século XVIII assistirá sua decadência total: as instituições vão perdendo seu significado na nova ordem que vai sendo estabelecida. Mas a utilização da mão-de-obra não é feita sem limites: há reações dos setores

(28). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(29). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 59.

(30). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 58.

(31). — *The Clothier's ...*, op. cit., pg. 59.

(32). — *Idem, ibidem*.

assalariados. Não é preciso dizer, essas reações perturbam o processo de acumulação em curso (33).

Em 1738, em Wilts, deu-se uma tentativa de rebelião. Não mais uma canção de taverna, porém um levante no qual morreram três pessoas executadas.

Tentou-se, depois de dominados os elementos sediciosos, explicar os motivos do conflito. Em suma, como fazer para que tal não se repetisse.

*

— III —

“Não há justificativa para a última Agitação” (34), diz o autor do **Ensaio sobre Agitações**, escrito em 1739.

... “estou pronto a acreditar, a displiscência mostrada aos trabalhadores, nessas Ocasões, tem sido uma grande Causa de várias Agitações e Insultos feitos a eles nos últimos Anos ...” (35).

diz o autor das **Observações acêrca do Ensaio sobre Agitações**, escrito também em 1739.

Se na canção anteriormente mencionada nos é dado apreender uma visão gerada nos setores assalariados, no **Ensaio** e nas **Observações acêrca do Ensaio** ... temos elementos para penetrar na visão e nas indagações dos setores empresariais. Contra os quais, de resto, foi dirigido o movimento de 1738.

Por que houve a agitação?

“Que medidas podem ser tomadas”

para que não se repita? Quais condições são necessárias para que as medidas tomadas tenham eficácia, ao nível da consciência dos autores dos documentos? Como é encarado o problema da opressão (36)?

Inicialmente, deve-se notar que os estímulos de mercado, dos quais depende toda a produção, inclusive recrutamento de

(33). — Não é ocioso ressaltar que Mun já chamara a atenção para o perigo das rebeliões. Quando dizia que não se devia confiar “tão completamente na manufatura de panos, pois em tempo de guerra e por outros motivos, se algum príncipe estrangeiro proibisse o uso delas em seus domínios poderia de imediato causar muita pobreza e tumultos perigosos, especialmente entre nossos indigentes” (pg. 134), já procurava estabelecer êsse equilíbrio entre recrutamento de mão-de-obra e comercialização, tema que vai voltar na discussão dos documentos sobre a agitação de 1738.

(34). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do Ensaio.

(35). — EHD, vol. X, pg. 490, 2.º parágrafo das **Observações acêrca do Ensaio**.

(36). — Confrontar também com a canção, 1.º parágrafo.

mão-de-obra, é explicitado também nos dois documentos. Nêles, os autores não procuram motivações internas, apenas, para explicar o tumulto:

“... a Decadência do Comércio da Lã, reconhecida por todos e ocasionada pela rivalidade da ‘França’ e Outras Nações vizinhas precisa ser entendida com seus efeitos fatais sôbre os Mestres, bem como sôbre Trabalhadores” (37).

Mais que isso, é reconhecida a importância dos intermediários entre produção e consumo, além de se atribuir o desenvolvimento de rivais no comércio de produtos manufaturados, em parte

... “à baixa vendagem de nossos Mercadores nos Mercados estrangeiros (38).

Do ponto de vista empresarial é de importância manter vivo o comércio, uma vez que a “Queda do Comércio deve afetar” os assalariados (39).

Em suma, sem

“preservar nosso Comércio ‘estrangeiro’, Eu perco a esperança de ver nossas Mãos melhor abastadas ...” (40).

Mas se há decadência do comércio da lã, por competição com outros centros, baixa vendagem nos mercados estrangeiros, etc., os ônus também recaem nos trabalhadores, pois no

... “Comércio de Roupas, como em outros Empregos, o Valor do Trabalho tem seus Altos e Baixos, de acôrdô com a Procura para êle” (41).

Trabalhadores êsses que ficavam sujeitos às combinações que eram

“realizadas para abaixar o Preço da tecelagem, da fiação, etc.” (42),

ou à obrigação de comprar sua subsistência em “Lojas especiais” (43). E’ de se observar a colocação do problema de saber se

(37). — EHD, vol. X, pg. 489, 1.º parágrafo do Ensaio.

(38). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do Ensaio.

(39). — EHD, vol. X, pg. 490, 3.º parágrafo das Observações.

(40). — EHD, vol. X, pg. 490, 5.º parágrafo das Observações.

(41). — EHD, vol. X, pg. 490, 2.º parágrafo das Observações.

(42). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do Ensaio.

(43). — Idem, ibidem.

“Mestres (sujeitos a êsses Fabricantes de Lã) não forçaram os pobres Manufatureiros ao comércio clandestino” (44).

até porque essa era uma maneira de amenizar a baixa de seus salários. E aí está o cerne do conflito: êsse desvio no processo produtivo diminuía a concentração da renda nas mãos dos intermediários.

Se tal comportamento abrandava o caráter opressivo notado no processo de acumulação, diminuindo as possibilidades de sedição (45), por outro lado as reações dos setores empresariais se faziam sentir, sendo considerada tal

“Prática não apenas ilegal, mas escandalosa” (46).

Afinal, argumentam, os

“fabricantes de Panos não são obrigados a arruinar-se, como tem sido o infortúnio de muitos durante êsses poucos Anos” (47) ...

A êsses conflitos são aventadas soluções tanto no **Ensaio** ... como nas **Observações acêrca do Ensaio** ... Talvez não seja exagêro dizer que a razão de ser dêsses dois documentos está na procura de soluções para o conflito. E por trás dessas soluções, entrêvê-se as atitudes mentais daquêles que comandam o processo produtivo, procurando ajustar aos seus intêrêses as peças do jôgo.

No **Ensaio** ... , por exemplo, o autor propõe o estabelecimento de “uma Comissão mista ...”.

“composta de ‘gentlemen’ e Fabricantes de tecidos de Lã do melhor Caráter que pudesse ser encontrado no país, para examinar imparcialmente as causas da última Rebelião” (48).

Ao mesmo tempo em que procura saber se houve combinações para baixar o

“Preço da tecelagem, fiação, etc”, como foi visto, quer verificar “quais medidas podem ser ampliadas para **todo o país** pelos Estatutos contra o Comércio clandestino.” ...

(44). — Idem, *ibidem*.

(45). — Para que se note como as possibilidades de sedição diminuíam, vide **Observações** ... § 7.º, EHD, vol. X, pg. 491, “Tenho mêdo que os Trabalhadores estejam muito bem satisfeitos com os pagamentos pelos seus comêrcios clandestinos; do contrário, teriam aceito a Oferta feita a êles”.

(46). — EHD, vol. X, pg. 491, 7.º parágrafo das **Observações**.

(47). — EHD, vol. X, pg. 490, 3.º parágrafo das **Observações**.

(48). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do **Ensaio**.

em relação ao pagamento de Prejuízos (49). Por aqui temos um excelente caminho para indicar como nessas relações de produção é gerado todo um aparato legislativo; no caso concreto, esta é uma maneira de **auxiliar** o processo de acumulação, garantindo-o contra êsse comportamento “ilegal”. E talvez uma maneira de verificar como como essas camadas empresariais, embora não exercendo formalmente o poder, já conseguem moldar a legislação segundo suas conveniências específicas, através de pressões.

Quando o autor do **Ensaio** ... pede que alguém

“informado nos diversos ramos do comércio dos Fabricantes de tecidos de Lã”

faça uma análise mostrando os salários pagos

“pelos nossos Fabricantes com dinheiro disponível aos diversos tipos de Trabalhadores”,

é evidente que não está apenas desejando saber das motivações da agitação, como êle mesmo diria, “imparcialmente”. Da mesma maneira, quando pergunta das

“Medidas que podem ser tomadas para todo o país”

contra o comércio clandestino, está agindo no sentido dos interesses dos fabricantes.

Suas colocações têm um envolvimento mais profundo do ponto de vista **ético**. Por exemplo, quando diz que somente após essa análise, por definição parcial,

“o Público poderá julgar exatamente qual o lucro que um fabricante de tecidos de lã tem” (50),

o nosso autor está realmente preocupado em ajustar o que é o fabricante à idéia que dêle se faz. Idéia que, sem dúvida, deve ter orientado o movimento rebelde, e que já era bem caracterizado na canção de fins do século XVII, anteriormente avaliada.

Já nas **Observações acêrca do Ensaio** ..., as soluções propostas oscilam entre

“assegurar a Lã de cair em mãos rivais”,

baixando seus preços para competir nos mercados, o que provocaria reações internas (especialmente junto aos arrendatários), e

“diminuir os salários dos Trabalhadores”,

(49). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do Ensaio, grifos nossos.

(50). — EHD, vol. X, pg. 489, 3.º parágrafo do Ensaio.

o que conduziria os

“Pobres a seus Métodos sediciosos de vingança a seus Mestres por suas Opressões” (51).

Nesses limites é que o autor vai buscar a solução para seus problemas, ligados à explicação da agitação. Externamente, na **Preservação do Comércio estrangeiro** (52). Internamente, na coibição da prática que desvia do processo de acumulação recursos expressivos.

Pode-se observar, no documento, a presença de ação coletiva por parte desses fabricantes preocupados em eliminar o comércio clandestino (53). Evidentemente, essa ação é indicativa da **emergência de um tipo de consciência** — da qual as **Observações ...** são uma manifestação — do processo global, que se realiza em moldes coletivos.

Quanto aos problemas sugeridos, a solução de um depende da solução do outro. Além do que, o processo de acumulação não se dá por uma única via. Afinal, na prática não é possibilidade apenas concedida ao mercador-manufatureiro comercializar os produtos manufaturados. É porisso que “os Trabalhadores” ...

“ficam muito bem satisfeitos com os pagamentos aos seus comércios clandestinos” (54),

que lhes complementa os salários, mas que se reflete negativamente na capitalização da camada empresarial, no “Grande Corpo de Fabricantes de Tecidos de Iã”.

O autor, porém busca uma solução para o problema que tende a aumentar: o problema do desequilíbrio. Em outras palavras, as posições externas, nos mercados, é garantida pela organização do trabalho, interna. Uma alteração no consumo poderia ser de conseqüências imprevisíveis na ordem social interna. Não é por outro motivo que Thomas Mun, já na primeira metade do século XVII, e relativamente às manufaturas de panos, mostrava que se houvesse algum bloqueio de mercado externo, tal fato poderia provocar tumultos internos de gravidade (55). Por outro lado, o comércio clandestino atuava como fator de perturbação dentro da área de influência do capital desses fabricantes.

(51). — EHD, vol. X, pg. 490, 4.º parágrafo das Observações.

(52). — EHD, vol. X, pg. 490, 5.º parágrafo das Observações.

(53). — “... um Grande Corpo de Fabricantes de Tecidos de Lã ...” “... tão bem disposto e engajado a colocar um ponto final ao comércio clandestino ...” no 7.º parágrafo das Observações ..., como já foi notado.

(54). — EHD, vol. X, pg. 491.

(55). — Thomas Mun, *La Riqueza ...*, cap. XIX, pg. 134-135.

Já se vê que, para a solução desses conflitos, deve-se apelar a outros recursos. Não se trata apenas de retornar às condições vigentes antes da agitação, e nem se sugere apenas uma simples rearticulação de fatores para que não haja mais tumultos. A mão-de-obra, inquieta e nem sempre orientada na direção dos interesses desses empresários, precisa ser controlada. O que está desajustado internamente necessita ser **compulsoriamente** (56) ajustado. Ajustado em função dessas camadas que vêm a “riqueza” de um reino como o “patrimônio” de um particular (57). Talvez não seja descabido lembrar que nesse caráter compulsivo mencionado está, ainda, uma das chaves para se compreender a ampliação dos contingentes militares, inclusive para garantir as novas relações, na ilha, no correr do século XVIII (58), o que será criticado por Burke, por exemplo, na segunda metade desse século (59).

Em suma, é sobretudo uma questão de criar novas condições para que esse reajustamento funcione mais eficazmente do que antes. Vejamos algumas dessas condições que podem ser surpreendidas nos dois documentos, e que em boa medida têm sua explicação a partir da agitação mesma.

O ponto de partida para a compreensão do surgimento dessas novas condições está na ação dos setores empresariais, já mencionada. Se antes faziam combinações para abaixar os salários nas áreas de fiação e tecelagem (60), agora estão dispostos

“a colocar um ponto final no comércio clandestino” (61).

Não é ação isolada, esporádica: os interesses vão se definindo nessas relações de produção e se concretizam na ação comum. E a ação comum, no caso, é repressiva.

Como suavizador de tensões funciona o magistrado. Nas pendências entre empresário e trabalhador tem ele seu papel: é a ele que o

(56). — Cf. com a colocação geral feita por Maurice Dobb, sobre a transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna e sobre a compulsão, op. cit., pg. 29.

(57). — E. A. J. Johnson, Mun, el estratega, anexo à *La Riqueza de Inglaterra por el Comercio Exterior*, pg. 29.

(58). — A ordem deve ser mantida de uma forma ou de outra, in “*Essay on Trade and Commerce*” de 1770. Também para Burke, em 1769 na Câmara dos Comuns, “paz e ordem devem ser preservadas a qualquer preço”, E. H. D., vol. X, 275.

(59). — EHD, vol. X, pg. 275 sobre o uso de tropas para reprimir desordens civis.

(60). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º parágrafo do Ensaio; idem pg. 489, 1.º parágrafo das Observações ...

(61). — EHD, vol. X, pg. 491, 7.º parágrafo das Observações ...

“Mestre tem o direito de exigir Reparação” (62).

Ao sabor das “Necessidades dos Tempos”, os salários variam. É bem verdade que o

“Trabalhador tem plena liberdade para fazer a maior parte de seu Trabalho em outro lugar” (63),

mas a remuneração ao seu

“Trabalho tem seus Altos e Baixos, de acôrdo com a Procura para êle (63 a).

É com a presença do Estado, na figura do magistrado, que as novas relações se aperfeiçoam. Com o correr do tempo, o uso de tropas chamadas por êsses magistrados para garantir as associações e controlar os conflitos entre capital e trabalho se acentua (64).

Além disso, a nova ordem em geral é consolidada a partir das soluções a êsses conflitos regionais. Soluções que trazem a marca dos setores empresariais (65). Afinal, talvez não seja episódica a preocupação do autor do “Ensaio” em saber quais

“Medidas podem ser ampliadas para todo o país pelos Estatutos contra o Comércio clandestino ou Combinações, em relação ao pagamento de prejuízos” (66).

São perfeitamente dispensáveis as discussões sôbre o sentido classista da sugestão a propósito de uma Comissão para

“examinar imparcialmente as Causas da última Rebelião”.

(62). — EHD, vol. X, pg. 490, 2.º parágrafo das Observações ...

(63). — EHD, vol. X, pg. 490, 2.º §. 1.º de se notar que a canção anteriormente mencionada não dá absolutamente essa idéia de facilidade.

(63a). — *Ibidem*.

(64). — EHD, vol. X, pg. 277. Secretário da Guerra William, segundo Visconde Barington, em 1769: “Foi dito que a introdução de militares em casos de rebelião é uma prática nova: Sir, o exército formado é em si uma novidade: não tem senão 80 anos ...” “Eu sempre escolhi palavras as mais cautelosas, devido aos numerosos pedidos dos magistrados por assistência, tenho bastante prática: De começo ao fim tenho invariavelmente aconselhado a não chamar tropas, exceto em casos de absoluta necessidade. Em alguns casos, tenho recusado tropas e dito, “E seu receio que o induz a pedirlas; não as mandarei”. No decurso de dez anos de experiência, não me lembro de nenhuma rebelião de magnitude sendo aplacada sem, e algumas centenas com, força militar” (grifos nossos). Em suma, há necessidade cada vez maior desse componente para garantir as novas relações de produção e abafar seus frutos, isto é, as rebeliões (ou apenas agitações).

(65). — Cf. Paul Mantoux, op. cit., pg. 412, espec. nota 1. Várias leis foram editadas para evitar o desvio de matérias primas, ou tornar mais difícil êsse desvio. Especialmente em 1740 (observe-se que o “Ensaio” em apreço é de 1739) e 1759. “Lembrar-se-á, diz Mantoux, que êsse exemplo típico de coalisão patronal é exatamente contemporâneo da lei que, a pedido dos patrões, interditava, sob pena de multa e prisão, as coalisões operárias”.

(66). — EHD, vol. X, pg. 489, 2.º § do Ensaio. Vide nota 49.

uma vez que a mesma seria composta, no entender do seu autor, de

“gentlemen e Fabricantes de tecidos de Lã do melhor Caráter” (67).

A sugestão é feita não levando em conta a ação desses grupos no corpo social total, mas sim atributos pessoais de elementos pertencentes a esses grupos. Não se percebe, é claro, que o problema não é discutir a existência de bons ou maus empresários, mas simplesmente de **empresários**, com tôdas suas implicações.

Não é sem importância, finalmente, verificar como essa posição relativa na estrutura da sociedade gera certo tipo de comportamento face aos outros grupos. Comportamento que se torna mais rígido à medida em que os conflitos entre capital e trabalho são acentuados. Para se entender o sentido desses comportamentos, vale a pena rever as palavras do autor das **Observações acêrca do Ensaio sôbre Rebeliões**:

“a displiscência mostrada aos Trabalhadores, nessas ocasiões, tem sido uma Grande Causa de várias Rebeliões ...” (68).

À medida que êsses conflitos vão se tornando mais intensos através dos “vários tumultos”, êsse comportamento vai dando a medida de um “estado mental” que vai deixando de ser peculiar a poucos indivíduos para ser peculiar ao grupo. Até porque, posições semelhantes no processo produtivo propiciam “visões do mundo” semelhantes.

À medida que o processo avança, os setores empresariais permanecem “imparciais”, porque é a sua “visão do mundo” que conta. É com essa visão que procuram modelar os contornos da realidade.

Mas há um setor que é inquieto e não se submete tranquilamente: o da mão-de-obra. É necessário enquadrá-lo nessas relações que são o suporte da visão de ordem dos setores empresariais. Por aí é que se pode entender porque para o autor das **Observações** não há “Opressão”, há, isso sim “Delinqüentes” (69) ...

*

(67). — *Idem*, *ibidem*.

(68). — EHD, vol. X, pg. 490, 2.º parágrafo das **Observações** (grifo nosso).

(69). — EHD, vol. X, pg. 491, 7.º parágrafo das **Observações**.

Dentro dos limites em que situamos esta análise, a agitação de 1738 significa um ponto de saturação.

Se a canção dá medida de uma certa consciência de situação dos assalariados em face dos grupos dominantes, as soluções propostas no **Ensaio** e nas **Observações acêrca do Ensaio** indicam que os pontos de referência mais palpáveis no mundo dêsses empresários eram dados, internamente, pela ação mesma de seus assalariados e, externamente, pelos problemas de mercado.

Não é sem propósito observar que as “visões de mundo” nos textos discutidos trazem nítidas suas origens sociais. As posições relativas das diversas categorias nessas relações de produção podem ser surpreendidas pela busca de “sentido” que procuram dar às transformações.

Essa busca de “sentido” é realizada a partir da situação histórico-social concreta de cada categoria. Especialmente significativa é a canção, que incorpora a visão do processo que as camadas empresariais possuem, algumas dezenas de anos antes da agitação de 1738. Já se percebe, no ambiente em que floresce tal canção, que o “teor violento da vida” não é dado, por exemplo, pelas mesmas motivações na análise de Huizinga, no “Outono da Idade Média”. As relações de produção, vinculadas intimamente a problemas de mercado e de salários, de comércio clandestino e reações empresariais, transferem para o ambiente em que se realizam um nôvo sentido de violência. A manifestação mais externa dessas relações está na farta ocorrência de têrmos como “opressão”, “delinqüente”, “vingança”, “tumultos”, etc.

O ponto de partida para a **existência** da canção está nos **desajustamentos** entre os grupos, que atingirão seu climax em 1738. Visto o processo em conjunto, pode-se verificar que na canção já estavam contidos os germes da agitação.

Embora expressivos, os documentos permitem entrever, mas não surpreender de maneira significativa a formação de consciência de classe, no sentido lukácsiano. Haveria necessidade de séries completas de documentos dessa natureza, e não apenas para êsses Condados do Sudoeste (70).

(70). — Dobb mostra, para o século posterior, que os horizontes dos interesses dêsses elementos ainda tendiam a ser o ofício e mesmo a localidade, e não a classe. Para o período considerado nestas anotações, deve-se discutir elaborações tendentes a desembocar nessas manifestações de classe, onde as heterogeneidades fôssem minimizadas.

Quanto ao problema da documentação, sempre vale lembrar as observações de Pierre Vilar, quando diz que “sòmente a freqüência na repetição confere ao documento subjetivo seu grau de significação objetiva. A

A comparação com outras áreas seria fundamental para se estabelecer o sentido geral do referido processo de formação. Nesse sentido geral estariam contidas as manifestações regionais. Tal comportamento metodológico deve ser valorizado na medida em que os resíduos culturais do artesanato, no tocante a formação do proletariado, variaram de área para área, e esses valores não devem ter sido incorporados sempre da mesma forma nessas associações entre Capital e Trabalho (71).

Os documentos discutidos permitem verificar, entretanto, que é dos antagonismos entre os grupos que **vendem trabalho** e grupos que **contratam trabalho** que nascem tomadas coletivas de consciência. A canção é manifestação coletiva, por definição, na medida em que é cantada nas tavernas. Por outro lado, nas "Observações acerca do Ensaio", o autor regozija-se com a constituição de um grupo de empresários com intenções repressivas a práticas "não-legais". Em poucas palavras, compulsão exercida coletivamente.

Essas consciências geradas em grupos sociais diversos orientaram a ação em sentidos diversos. Em tais relações de produção verifica-se que a "objetividade", "imparcialidade", de um setor não coincide com aquelas de outros setores.

Sempre é oportuno lembrar a formulação de Mannheim — surgida noutro contexto — segundo a qual

"as pessoas que mais falam de liberdade humana são aquelas que se sujeitam mais cegamente ao determinismo social, no sentido de que não suspeitam a que grau sua conduta se acha determinada por seus interesses" (72).

Sua preocupação era mostrar como as possibilidades de relativa superação desse determinismo social aumentam à medida que os agentes **dão-se conta** desse determinismo.

No caso dos agitadores, a análise de sua condição já era clara na canção: a existência anterior da canção, nessa área, **não** permite classificar como "inconsciente" o movimento de 1738. Além do que, é muito pouco provável que essa canção tenha sido a única. O real, para os agentes do tumulto de 1738,

história espiritual de uma sociedade não pode fundar-se senão sobre o texto em série". (op. cit., pg. 449).

(71) — J. Dobb ainda quem indica claramente que a "heterogeneidade de uma força de trabalho ainda primitiva aumentou o domínio do Capital sobre o Trabalho", (op. cit., pg. 325).

(72) — Karl Mannheim, *Ideologia y Utopia*, México, 1941, pg. 42-43. Nos documentos citados, deve-se notar — especialmente nas *Observações*... — o sentido da liberdade, explícita (EHD, vol. X, pg. 490, 2.º §) ou implicitamente nas indagações sobre opressão a trabalhadores. Nesse sistema de relações, como se pode verificar nos documentos, a discussão da liberdade tem por moldura a discussão sobre opressão.

se apresenta diverso daquêle para os empresários. A “objetividade” para os revoltosos é procurada na ação, que leva a superar a situação que lhes era imposta pelas suas posições relativas no processo produtivo. Em poucas palavras, ação que nega a ordem vigente.

Quanto aos autores que tentaram explicar os motivos da agitação, pelo contrário, se afastam dos caminhos que levariam a êsse fim. Mesmo quando pedem uma Comissão composta de “gentlemen” e fabricantes de tecidos de lã do melhor caráter, não percebem até que ponto êsse expediente é ineficaz, na medida em que não toca o fundo das relações que são os suportes dêsse “determinismo social”. Sua visão de “legalidade”, “imparcialidade”, “bom caráter” etc., é dada pela posição que ocupam no corpo social. A ação dêsses empresários é exercida no sentido de buscar soluções para aquêles problemas que representam fraturas no processo produtivo que comandam. Em suma, tendem a fortalecer a ordem vigente.

Categorias artesanais diversas foram englobadas na canção em pé de igualdade. Elementos de ofícios diferentes foram executados em Sarum. Face aos empresários, como face à morte, êsses elementos de ofícios diversos ficaram nivelados numa categoria mais ampla, cujos salários eram estipulados pelo empresário de trabalho. A diluição dos diversos ofícios foi feita pelo denominador comum: estímulos externos de mercado e acumulação de capitais, fundamentos da nova ordem que se instalava. Diluição que significa **proletarização**.

A ação dos empresários é que aparece no núcleo dos encaideamentos em curso. A êsses empresários se referia a canção; no interêsse dêles houve a execução. Em suma, canção e morte nos extremos cronológicos do processo.

A posição dêsses elementos no processo produtivo explica as linhas gerais de sua ação (73). Essa posição é que lhes confere possibilidades mais amplas de observar e articular os diversos elementos que concorrem para a vitalização do processo que opera a seu favor. Nas relações entre os grupos observados, a visão do processo total tendia a ser mais ampla nos setores que davam as vinculações entre os assalariados e os mercados.

Um último elemento faltava para que se compreendesse, num contexto mais amplo, as motivações da agitação contra os

(73). — Para o caso do Wiltshire “o tempo e despesa de transportar (o tecido) para o mercado distante em Londres prejudicavam o pequeno tecelão independente e ajudavam a submetê-lo finalmente ao fabricante de roupa, que comercializava seu tecido”. G. D. Ramsay, *The Wiltshire Woollen Industry*, pg. 20. Citado por Dobb, *op. cit.*, pg. 186-7.

fabricantes de tecidos de lã de Wiltshire. Esse elemento pode ser colhido, por exemplo, nos escritos de um panfletário da segunda metade do século (1764).

O panfletário, Joseph Massie, mostrou em suas observações como o progresso do Yorkshire se acentuou a partir de 1733 ou 1734. Dizia êle que

“enquanto a manufatura de lã estava aumentando tão rapidamente no Yorkshire, declinava nos Condados de Cidra do Sudoeste ...”,

com empobrecimento de muitas pessoas (74).

É nessa medida que, quando se fala em “visão do processo total”, à época da agitação, mesmo por parte das camadas empresariais, deve-se entendê-la em termos relativos. Essa visão sempre foi condicionada pelo momento da totalidade histórica em que ocorreu, não implicando — é óbvio — na consciência de tôdas as variáveis por parte de seus agentes.

Na agitação de 1738, os empresários tinham consciência de que era preciso preservar o Comércio para escoamento dos seus produtos, coibir o comércio clandestino, etc. Mas não percebiam que nos conflitos gerados no processo do qual participavam interferiam variáveis mais complexas. Variáveis nem sempre ligadas ao comércio “estrangeiro”, como êles mesmos diriam.

Esses empresários procuravam articular os elementos para a eficácia de suas emprêsas. Mas, como se vê, uma história mais profunda contra êles trabalhava.

CARLOS GUILHERME MOTA

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(74). — EHD, vol. X, pg. 453, sôbre o declínio da indústria de panos na região Sudoeste e a predominância da indústria de Yorkshire. Dá boa medida dos movimentos de população que acompanharam as transformações em curso, bem como alguns dados de produção relativos a manufaturas de lã.